



''PARECER JUR ICO N  117/2022

TOMADA DE PREÇO N  001/2022

PROCESSO N  001.250822-TP/SEMINFRA

OBJETO: CONTRATA O DE EMPRESA PARA AQUISI O DE MOTORES/BOMBA/ROÇADEIRAS/COMPRESSOR, EQUIPAMENTOS, E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS FERRAMENTAS E ACESSORIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE RUROPOLIS, COM OBJETIVO DE CONSTRU O, MANUTEN O E CONSERVA O DE PREDIOS PUBLICOS, LOGRADOUROS MUNICIPAIS E COMUNIDADES RURAIS.

ORIGEM: DEPARTAMENTO DE LICITA OES E CONTRATOS.

PRINCIPIO DA LEGALIDADE. EXAME DA POSSIBILIDADE LEGAL DE CONTRATA O. OBSERVANCIA DAS PRESCRIC ES PREVISTAS NO ARTIGO 22, INCISO II,   2  C/C ARTIGO 23, INCISO II, ALÍNEA "B" C/C ARTIGO 38, PARÁGRAFO UNICO DA LEI N  8.666/93. CONTROLE PREVENTIVO DA LEGALIDADE. CUMPRIMENTO DAS NORMAS E PRINCIPIOS NORTEADORES DA LICITA O.

I. PRELIMINAR DE OPINIÃO

Prefacialmente, válido registrar que o exame jurídico prévio das minutas de editais de licita o, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes de que trata o parágrafo único do artigo 38, da lei n  8.666/93,   exame, "que se restringe   parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a parte técnica dos mesmos.

Há de se ressaltar que o presente parecer jurídico visa a informar, elucidar, enfim, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administra o ativa, não tendo caráter vinculativo e nem decisório, o qual, obrigatoriamente deve ser submetido   autoridade superior para decisão final, não sendo a autoridade superior obrigada a acatamento.

Cumpra esclarecer, também, que toda verifica o desta Procuradoria tem por base as informaçoes prestadas e a documentac o encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administra o Pública. Portanto, tornam-se   informaçoes como técnicas, dotadas de verossimilhanças, pois não possui esta Assessoria Jurídica o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investiga oes para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitator rio.

Nota-se que em momento algum, se está fazendo qualquer juízo de valor quanto às raz oes elencadas pelos servidores que praticaram atos no intuito de justificar a referida contrata o.



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Rurópolis

Rua 10 de maio 263 - Centro - CEP 68.165-000

CNPJ - 10.222.297/0001-93 - Rurópolis - Pará. E-mail [licitacao-](mailto:licitacao@pms.rurópolis.pa.gov.br)

Este Jurídico também não tem competência para análise da dotação orçamentária devido haver um órgão competente e que possui informações técnicas necessárias, portanto sendo responsabilidade de tal setor as dotações orçamentaria usadas.

II. DO RELATÓRIO:

Trata-se de solicitação exarada da Comissão Permanente de Licitação do Município de RURÓPOLIS- PA, acerca da possibilidade legal de aquisição de bens, através da **Modalidade Tomada de preço**, com fundamento no Artigo 22, inciso II, § 2º c/c o artigo 23, inciso II, alínea "b", da Lei no 8.666/93, na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOTORES/BOMBA/ROÇADEIRAS/COMPRESSOR, EQUIPAMENTOS, E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE RUROPOLIS, COM OBJETIVO DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PREDÍOS PÚBLICOS, LOGRADOUROS MUNICIPAIS E COMUNIDADES RURAIS.**

Dado a característica e complexidade dos serviços, a contratação deverá ocorrer mediante procedimento licitatório, na modalidade **Tomada de preço**, sob o tipo por Menor preço por item.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e análise dos documentos anexos.

III - DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente parecer tem o intuito de atender à solicitação feita pela Comissão Permanente de Licitação, para análise da Minuta do Edital e seus Anexos, pertinentes ao processo de licitação a ser realizado na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 001/2021**, do tipo **Menor Preço por Item**, cujo objetivo é buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, o que é plenamente justo e louvável.

Sabe-se que todos os atos da Administração Pública devem ser motivados e fundamentados.

Neste caso, o parecer jurídico proporciona aos membros de CPL a fundamentação necessária para motivar seus atos, possibilitando inclusive a correção de eventuais falhas, além de desencorajar a prática de atos irregulares, precipitados ou não satisfatórios.

O fundamento legal decorre da interpretação do artigo 38, VI da Lei 8.666/93, vejamos:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado,



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Rurópolis

Rua 10 de maio 263 - Centro - CEP 68.165-000

CNPJ - 10.222.297/0001-93 - Rurópolis - Pará. E-mail licitacao-

protocolado e numerado, contendo a autoriza o respectiva, a indica o sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: VI - Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licita o, dispensa ou inexigibilidade.

Parágrafo  nico: As minutas de editais de licita o , bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administra o.

Esse exame prévio almeja preservar a necessária e indispensável legalidade dos atos da Administra o, impedindo o surgimento de situa o que em descompasso com o regime Jurídico vigente, estejam amoldadas no padrão de conduta imposto ao Gestor da coisa pública.

A norma citada acima   fundamental para assegurar a correta aplica o do Princípio da Legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipula es que contravenham   lei, posto que, o preceito da legalidade  , singularmente, relevante nos atos administrativos.

Em regra, todos os contratos firmados pela Administra o Pública são precedidos de processo licitatrio, conforme preceitua o inciso XXI do artigo 37 da Constitui o Federal.

O artigo 22 da Lei 8.666/93 descreve as principais modalidades de licita o originalmente existentes, dando a cada uma delas particularidades bem definidas. Nesse sentido, o presente parecer busca traçar pontos legais a respeito desta modalidade **Tomada de Preço**, do tipo **Menor Preço por Item**.

A própria Lei n  8.666/93, em seu artigo 22, inciso II,   2 , estabelece que:

Art. 22: São modalidades de licita o:

II - Tomada de Preços.

  2  - Tomada de Preços   a modalidade de licita o entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condi es exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior   data do recebimento das propostas, observada a necessária qualifica o.

Recentemente, foi publicado o **Decreto 9.412/18 (de 18 de junho de 2018)** que atualiza os valores das modalidades previstas na Lei 8.666/93, valores estes congelados desde maio de 1998, ***in verbis***:



Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

(...)

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais);

Com a atualização dos limites, os incisos I e II, do artigo 23, da Lei Geral de Licitações, passam a ter valores estimados mais condizentes com a realidade das licitações.

Observa-se que a referida modalidade licitatória é utilizada para para compras e serviços s até o limite de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais), vejamos:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais);

O valor estimado da compra a ser contratado, portanto, a modalidade Tomada de Preços poderá ser utilizada.

O Edital não representa qualquer ofensa ao Princípio da Legalidade e também não há o que se falar em viola o ao Princípio da Economicidade e Igualdade, uma vez que foi obedecido em todos os seus termos.

Importante salientar também que o exame dos autos processuais se restringe aos seus **aspectos jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.



Deste modo, a obediência aos aspectos formais do processo de licita o   dever que se impõe. Diante destas circunstâncias, considerando os aspectos formais do Edital, entendemos que tanto a Minuta do Edital quanto do Contrato atende aos Princípios emba adores do processo de licita o.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administra o não se sujeite a violar um princípio de direito, o que   severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constitui o Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administra o Pública observar  os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licit torio, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legisla o, as obras, serviços, compras e aliena es serão contratados mediante processo de licita o pública que assegure igualdade de condi es a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obriga es de pagamento, mantidas as condi es efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualifica o técnica e econ mica, indispensáveis   garantia do cumprimento das obriga es.

Considerando a necessidade de otimiza o, racionaliza o e agiliza o no gerenciamento dos contratos administrativos, toda licita o deve ser pautada em princípios e regras previstos no texto constitucional.

Nesse contexto, segundo se infere do artigo 3  da Lei Federal n  8.666/93:

Artigo 3 - A licita o destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a sele o da proposta mais vantajosa para a administra o e a promo o do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vincula o ao instrumento convoc torio, do julgamento objetivo e dos que lhes sa correlatos.

Ao analisarmos a Minuta de Contrato, verificamos que estão presentes todas as cláusulas necessárias, elencadas pelo Artigo 55 da lei 8666/93, estando em conformidade com a Legisla o em vigor.

Feitas as observa es pertinentes, concluímos que, do ponto de vista jurídico, até o presente momento, conforme consta dos autos não há óbice   viabiliza o do Processo Licit torio pretendido, estando preenchidos os requisitos do Artigo 40 da lei 8666/93C e demais Legisla es pertinentes.



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Rurópolis

Rua 10 de maio 263 - Centro - CEP 68.165-000

CNPJ - 10.222.297/0001-93 - Rurópolis - Pará. E-mail [licitacao-](mailto:licitacao@rurpolis.pa.gov.br)

Conforme o dispositivo do artigo 40 e *seguintes incisos* da Lei 8.666/93, dispõe que:

"O edital contera no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da reparti a interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execu  e o tipo da licita o, a men o de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documenta o e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes (...)"

Nesse sentido, a Comissão Permanente de Licita o respeitou o dispositivo claramente exposto no artigo 40 e *seguintes incisos*, motivo pelo qual   vedado admitir, prever, incluir ou tolerar nos atos de convoca o, cláusulas ou condi es que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo.

Assim, considerando que o objeto, conforme Planilha Orçamentária,   forçoso concluir pela possibilidade legal da modalidade **Tomada de Preço**, uma vez que, o caso em questão, se amolda perfeitamente no permissivo legal insculpido nos artigos 22, inciso II,   2  c/c o artigo 23, inciso I, alínea "b" da Lei no 8.666/93, já que o valor estimado previsto esta enquadrado na modalidade **Tomada de Preço**.

Constatou-se que contas da Minuta, destaca com clareza o objeto desta licita o, qual seja, a Contrata o de empresa de engenharia especializada para execu o de obra referente   **CONTRATA O DE EMPRESA PARA AQUISI O DE MOTORES/BOMBA/ROÇADEIRAS/COMPRESSOR, EQUIPAMENTOS, E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS FERRAMENTAS E ACESSORIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE RUROPOLIS, COM OBJETIVO DE CONSTRU O, MANUTEN O E CONSERVA O DE PREDIOS PUBLICOS, LOGRADOUROS MUNICIPAIS E COMUNIDADES RURAIS.**

Em atendimento ao inciso VIII, do art. 40 da Lei no 8.666/93, prever na minuta do edital informa es sobre a retirada do edital, constante na Minuta do edital, o acesso   informa es e esclarecimentos relativos   licita o, bem como as condi es para impugnar o edital.   previsto, ainda, no Minuta do Edital as condi es gerais para participa o do certame, impedimentos e forma de credenciamento.

Para participa o nesta licita o, o edital prevê condi es/exig cias que deverão ser atendidas pelas empresas licitantes que estão previstas nos art. 27 a 31 da Lei 8.666/93 e se encontram nesta Minuta de Edital, estando, portanto, respeitadas as exig cias da Lei de Licita o.

Por fim, o edital apresenta o rol de infra es que poderão acarretar a aplica o de san es ao contratado, para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais,



estando presente na Minuta do Edital, que trata das sanções administrativas, obedecendo ao disposto no inc. III, do art. 40, da Lei no 8.666/93.

O Edital também prevê a necessidade de visita técnica no local destinado as obras, proporcionando assim que as empresas interessadas tenham pleno conhecimento da área, e de qualquer dificuldade, por ventura existente, na realização da obra, sendo totalmente possível, não caracterizando nenhuma afronta aos regramentos legais, posto que está inserida a referida possibilidade no artigo 30, III, da Lei no 8666/93.

Da análise da Minuta do Edital, entendemos que, sem cobrança excessiva e desnecessária, estão presentes os requisitos exigidos pelos artigos 27 a 31, bem como o artigo 40, da Lei no 8.666/93, que permitem, formalmente, que esteja apto para a produção dos seus efeitos.

O edital possui, ainda, seus anexos, os quais são especificações complementares necessários ao andamento legal do certame, de forma a fornecer aos possíveis licitantes condições iguais de competição.

Feita a análise da Minuta do Edital, passa-se, então, a analisar a Minuta do Contrato a qual deve seguir as regras previstas pelo art. 55, da Lei no 8.666/93.

O Anexo , do edital em apreço, prevê as cláusulas contratuais relacionadas no corpo da Minuta da seguinte forma: cláusula referente ao objeto; Valor; Prazo de Execução dos Serviços; Amparo Legal; Execução do Contrato; Vigência e Validade; prorrogação de prazo; Encargos da Contratante; Encargos da Contratada; Obrigações Sociais, Comerciais e Fiscais; Obrigações Gerais; Responsabilidade Técnica Pela Execução dos Serviços; do Acompanhamento e Fiscalização; Recebimento da Obra; Atestação dos Serviços; do Pagamento; Alteração do Contrato; do Aumento ou Supressão dos Preços; Penalidades; casos de Rescisão; das Condições Específicas; da Vinculação ao Edital e a Proposta da Contratante; do Foro.

Atende, portanto, as exigências contidas no artigo supracitado.

V. CONCLUSÃO:

Antes de concluir, é importante esclarecer que, apoiado nos sábios ensinamentos do doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, todas as considerações aqui expostas, trata-se de uma opinião técnica, de caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou aos particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente.

O Edital, por sua vez, seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei Federal no 8.666/93.

Também se percebe que há o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da Lei de Licitações, com o designativo do local, dia e hora para o recebimento



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Rurópolis

Rua 10 de maio 263 - Centro - CEP 68.165-000

CNPJ - 10.222.297/0001-93 - Rurópolis - Pará. E-mail [licitacao-](mailto:licitacao@pms.rurópolis.pa.gov.br)

dos envelopes, documentação e proposta, bem como o horário para o início da abertura dos envelopes, entre outros requisitos.

Desta forma, entendo que o processo licitatório se encontra respaldado na Lei no 8.666/93, não tendo nenhum óbice que possa ensejar a sua nulidade, devendo a Comissão Permanente de Licitação observar, ainda, a disponibilidade do Edital aos interessados com a antecedência mínima determinada por lei, razão pela qual **opino pelo prosseguimento do certame.**

Ao final **recomenda-se que seja dado a devida publicidade que a lei 8.666/93 determina na FAMEP, portal de transparência, TCM/PA caso não seja recurso da união e caso seja recurso da União, então seja devidamente publicado também no diário oficial da união.**

Salvo Melhor Juízo, este é o Parecer Jurídico, ao qual remeto a autoridade competente.

É o Parecer,

Rurópolis/PA., 26 de agosto de 2022.

MARCIO JOSE
GOMES DE SOUSA
SOCIEDADE
INDIVIDUAL
D:3358345000010
3

Assinado de forma
digital por MARCIO
JOSE GOMES DE
SOUSA SOCIEDADE
INDIVIDUAL
D:33583450000103

Marcio José Gomes de Sousa

MARCIO JOSE
GOMES DE
SOUSA:60942
703200

Assinado de forma
digital por MARCIO
JOSE GOMES DE
SOUSA:60942703200

OAB/PA 10516